



*Maninha promete abrir licitação neste mês para regularizar serviços*

## Secretária admite erro

A secretária de Saúde, Maria José Maninha, confirma que há problemas no acordo com o Santa Lúcia. “Essa investigação não é mérito da Promotoria. Nós trabalhamos juntos para vasculhar todos esses contratos”, argumenta. “Na verdade, descobrimos que nenhum dos serviços acordados com os hospitais particulares tem contrato administrativo.”

O acordo firmado entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o Hospital Santa Lúcia foi *conversado* em 1993, no governo Joaquim Roriz. O parecer da Promotoria de Justiça em Defesa da Saúde (Prosus) ressalta que, na época, apenas o Santa Lúcia estava aparelhado para fazer eletrofisiologia cardíaca — o que justificaria, teoricamente, a falta de licitação.

O diretor do hospital, Hamilton Queiroz, explica que o acordo sempre funcionou perfeitamente. “Pode ser até prejudicial para nós. Se a Secretaria não quiser nos pagar, não paga. Não tem contrato”, observa. “E não vejo motivo para abrir concorrência, já que só nós fazíamos o serviço na época.”

Mas ele mesmo reconhece que, hoje, há outras instituições privadas em Brasília prontas para executar a eletrofisiologia: “Uma delas é o Hospital Anchieta (em Taguatinga)”. Isso bastaria para a abertura de uma licitação, mas as irregularidades do acordo firmado no governo Roriz adentraram quase três anos do governo Cristovam Buarque sem que ninguém na Secretaria se desse conta disso.

“Comecei a apurar tudo assim que descobri que não havia contratos para esses convênios”, sustenta a secretária de Saúde, que tomou posse em setembro de 1996. Ela não quis

comentar as ações (ou omissão) do seu antecessor, João de Abreu, que também foi procurado pelo Correio, mas não foi localizado.

Maninha garante que começou a investigar os contratos porque queria trocar o tipo de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). “A gestão do Distrito Federal, antes de eu assumir, era incipiente”, critica. “O dinheiro do SUS não era gerenciado pelo estado, e sim pelo governo federal. Quando eu entrei com o pedido para trocar para gestão plena, na qual o estado realmente gerencia as verbas do SUS, disseram-me que eu precisava tomar uma série de providências, como rever todos os convênios com a iniciativa privada. Foi aí que descobrimos.”

No parecer da Promotoria, há ainda o alerta de que o valor pago ao Santa Lúcia anualmente seria suficiente para equipar o sistema público para fazer a eletrofisiologia no Hospital de Base, por exemplo. Os quatro anos do convênio dariam para aparelhar quatro instituições diferentes da rede pública.

“Não é essa a matemática. Eu concordo que a Promotoria está certa quanto à necessidade de contratos. Mas, da parte técnica, entendemos nós”, rebate Maninha, alegando que a estimativa da Promotoria ignora outros gastos, como os necessários à manutenção do equipamento.

A secretária entra amanhã com o pedido de mudança de gestão do SUS no Ministério da Saúde e anuncia que vai cancelar todos os acordos. “Vamos começar o processo licitatório ainda este mês. Quando as novas empresas estiverem contratadas, encerraremos os convênios vigentes para que não haja prejuízo à população no período.” (AB)